

15.º Encontro Nacional do MUSP

Com Abril, mais e melhores
Serviços Públicos !



MOÇÃO

DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS!

Os serviços públicos são instrumentos fundamentais para garantir às populações bem-estar e melhores condições de vida. Parte deles são o garante do cumprimento das funções sociais do Estado, constitucionalmente previstas – Saúde, Educação, Segurança Social, Habitação e Cultura.

Os sucessivos Governos do PS e PSD, com ou sem CDS, concretizando políticas de direita, degradaram e privatizaram parte dos serviços públicos.

Reduziram sucessivamente os meios financeiros e humanos dos serviços públicos integrados na administração directa do Estado e parte deles foram extintos ou concentrados de tal maneira que os utentes não têm acesso aos mesmos.

E privatizaram boa parte daqueles que após o 25 de Abril de 1974 foram nacionalizados e postos ao serviço das populações, como aconteceu com a Rodoviária Nacional e os CTT. Hoje, privatizadas, as empresas que lhes sucederam, visam somente o lucro e não prestam um verdadeiro serviço público.

As consequências deste processo, são das mais lesivas para a vida dos utentes, pelo contributo que têm dado para a perda de qualidade de vida e o despovoamento do interior.

O Governo agora em fim de funções deu seguimento a esta política, com novos ataques ao Serviço Nacional de Saúde, repondo as Parcerias Publico-Privadas, procurando implementar as USF Tipo C e promovendo cada vez maior financiamento do capital privado da saúde.

Nos transportes e acessibilidades, não contraria a degradação da coesão territorial, quer

pela falta de vontade em criar uma rede integrada de transportes que garanta a todos o direito à mobilidade; quer ainda pela política de tarifários e assinaturas. Ao mesmo tempo que perspetiva a privatização da CP, da Transtejo e SofLusa, acentuando a mercantilização deste setor.

No âmbito da administração directa do Estado, assiste-se à desresponsabilização do Poder Central em áreas como a Saúde, a Educação e Segurança Social e o governo anuncia reestruturações que podem levar à extinção de mais serviços públicos.

O Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, reunido no seu 15º Encontro Nacional, no dia 15 de Março, em Coimbra, exige:

1. A reversão do processo de privatização e de destruição dos serviços públicos e de subversão das funções sociais do Estado constitucionalmente previstas;
2. A atribuição aos serviços públicos dos recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao desenvolvimento das áreas estratégicas para o País e à garantia do bem-estar das populações;
3. A concretização de uma política de contratação de pessoal, na Administração Pública e nas Empresas Públicas, que permita assegurar o reforço e renovação de efectivos nos serviços públicos;
4. A internalização de serviços, pondo termo à recorrente prática de *outsourcing* na prestação de serviços;
5. A manutenção do ciclo integral da água sob a propriedade e gestão públicas, desde a captação até à sua devolução à natureza, garantindo uma gestão ambientalmente sustentável e o acesso, a todos, a preço justo.

E manifesta a sua disponibilidade para dar continuidade à luta em defesa dos Serviços Públicos.

O 15º Encontro Nacional do MUSP

